

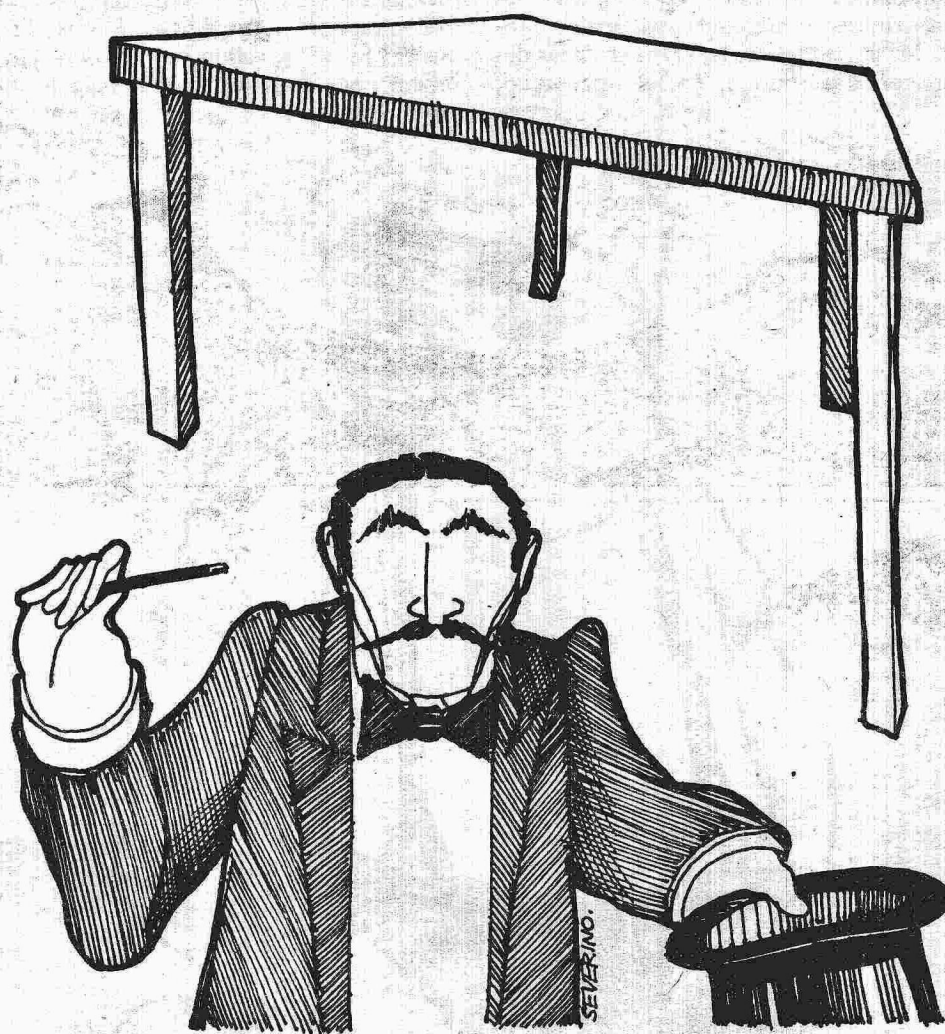
A DISCIPLINA VOLTA ÀS ESCOLAS FRANCESAS

Gilles Lapouge

E, um dia, houve aquela menininha que caiu em prantos e perguntou à sua professora: "Senhora, vamos ser obrigados a fazer outra vez, esta manhã, o que temos vontade de fazer?" Estávamos nos anos que se seguiram às revoltas de maio de 1968. O vento soprava em redemoinhos dos lados da liberdade, do desejo, do gozo. A bela primavera de 1968 remexera até nas entranhas da sociedade esclerosada, hierarquizada, glacial e burocrática do século XX. E, terminada a revolta, na melancolia dos fins de festa, o governo de Gaulle tomara conhecimento do "pedido" urrado por cem mil peitos de adolescentes durante a festa — um inteligentíssimo ministro da Educação Nacional, Edgar Faure, desatara as amarras, transformara completamente as relações professor-aluno, abrira espaço às exigências do desejo, da imaginação, da espontaneidade. Os exames, os controles, tudo isso dismantellara. Os sacrossantos programas estavam obsoletos. O docente poderia lecionar como bem entendesse. Em vez das classes sombrias, nas quais um mestre de cenho cerrado faz ouvir a voz de "Júpiter troante", viam-se chegar docentes que eram amigos dos alunos, que levavam suas classes ao campo, aos museus, a qualquer lugar, o que era chamado de "atividades de estímulo".

Sim, mas veja bem, a liberdade não estava dando lá muito certo. Ela tinha engasgos, soluços. E a menininha triste expressava admiravelmente o mal-estar que reinava. Sua frase era perfeita: ainda vamos ser obrigados a ser livres?

Hoje, um pouco menos de 20 anos após a utopia reluzente de maio de 68, tudo se passa como se o pânico da menininha tivesse encontrado eco: o ministro socialista da Educação Nacional, Jean-Pierre Chevenement, que foi um homem muito próximo dos esquerdistas, isto é, das revoltas do desejo e da liberdade de maio de 1968, vira a mesa e decide que a escola utópica, a escola do paraíso, a escola do desejo, da fraternidade entre alunos e mestres, terminou, e que vamos voltar novamente ao trabalho. Uma incrível reviravolta, na verdade, ainda



mais porque é realizada pelos socialistas, isto é, por aqueles que estariam do lado da liberdade, do progresso, do paraíso. Jean-Pierre Chevenement, em todos os compartimentos da educação nacional, do curso elementar ao curso superior, apaga 1968, dá um fantástico salto para trás, restaura a condição meio sagrada do mestre, diz que a escola é feita para trabalhar e não para se divertir, que ela tem por objetivo ensinar coisas, ensinar caligrafia, cálculo, geografia, que ela deve ser controlada, que a anarquia — sim, a anarquia — acabou. A escola não é mais um local de alegria e de liberdade. Ela volta a ser a casa da obediência e do labor.

Na verdade, é preciso enxergar mais longe as coisas: se é verdade que maio de 68 foi o apogeu da escola da alegria, o movimento tivera início há uns 30 anos, mais ou menos. A revolução pedagógica, na França, começou imediatamente após a guerra e todos os governos que se sucederam neste tempo, sejam eles de direita ou de esquerda, de Gaulle, Pompidou ou Giscard, se encaminhavam todos no sentido de uma nova pedagogia, que visava diminuir as pressões, reduzir a parcela do trabalho, da aprendizagem, do "de cor", em suma, de tudo aquilo que fora conhecido anteriormente na França. Bem antes de 1968 é que os pedagogos tinham intro-

duzido o cálculo moderno, o método global de alfabetização, dismantellado os estudos de latim e grego, reduzido a parte da história, suprimido a educação cívica, abrandado os programas até fazê-los se desvanecer, dado aos mestres a ordem de ter por material o prazer de seus alunos e não sua tristeza. O resultado desta paixão modernista é uma geração de adolescentes ou de jovens adultos que não sabem mais contar nem escrever, que nunca lêem um livro, que se perguntam se Luís XIV viveu no século XIII ou no século XIX, que pensam que no Rio de Janeiro se fala espanhol — em suma, uma ignorância majestosa.

Este poderoso impulso modernista baseava-se em estudos teóricos, numa análise das condições que presidem as sociedades modernas. Primeira constatação: os países evoluídos, como o era a França, afrouxam em todos os sentidos as obrigações e repressões. A liberdade se introduz em todos os campos: liberdade sexual, idade da maioridade baixada de 21 para 18 anos, desejo de autonomia dos jovens, paixão pelo futuro, desaparecimento nas famílias da autoridade do pai (cujo duplo metafórico era o professor ou o mestre). Como, nestas condições, numa sociedade que navegava de vento em popa rumo à liberdade se podia manter os jovens, somente os jovens, no espantilho das velhas disciplinas? Também no campo do saber propriamente dito, inovação. O mundo entrou numa era de mudanças, de aceleração quase enlouquecedora: as noções que aprendemos hoje caducarão dentro de 20 anos. Por que envenenar com elas os jovens cérebros? Mais vale "aprender a aprender" que limitar-se a amontoar um saber que no ano seguinte estará ultrapassado. Terceiro fator: o mundo está penetrando na era da ciência e da técnica. Por conseguinte, as velhas aprendizagens do Humanismo, o Francês, o Latim, o Grego, em suma, tudo aquilo que dizia respeito ao *esprit de finesse* não tem mais uso no século XX. O que importa é a ciência, a tecnologia, a prática. Influência também da psicanálise: os pais, os educadores entravam em —>



MURILO MENDES
E O SURREALISMO



UMA HISTÓRIA
DA LITERATURA PICARESCA



ENTREVISTA COM
MARCÍLIO MARQUES MOREIRA

— pânico à simples idéia dos traumas que a disciplina provoca nos frágeis cérebros infantis. Assim pode-se criar doentes, perversos, desajustados. O mestre da velha escola não representava, nos estratos do inconsciente, o “superego”, o censor, o pai terrível que impede a expansão de uma personalidade? Era preciso, portanto, após a figura do pai ser descolorida de seu próprio movimento, anular a figura gêmea do mestre, fazer do mestre mais um companheiro mais velho que um controlador. Um homem que procura, também ele, mais compreender do que ser aquele poço de sabedoria que era o antigo mestre. Além disso, como os franceses, confinados por tanto tempo em seu hexágono, começavam a abrir suas janelas, constatava-se que nos países triunfantes, na América, preocupavam-se pouco com o Latim ou a Retórica, e todos os cuidados voltavam-se para preparar uma profissão, para a técnica, a ciência, e que ao mesmo tempo, lá, os professores, ao invés de ocuparem o posto “sagrado” que era aquele dos mestres franceses, mantinham com suas crianças relações simples, relaxadas, felizes (que os jovens americanos, ao saírem do curso secundário, fossem nulos, não passava pela mente dos pedagogos de “novo estilo”, já que em seguida os americanos se recuperavam e ganhavam prêmios Nobel em série). Os mesmos pedagogos acrescentavam que as crianças, tão maltratadas há milênios, eram esterilizadas pela disciplina das escolas e dos liceus. A criança é uma maravilha, um incrível reservatório de frescor, de imaginação, de inteligência, porém todas estas virtudes ficam embotadas, pois não as deixam expandir-se. Deixem-nas livres, e verão uma explosão de invenções, de achados, de gênios de toda espécie. Além disso, não era uma loucura que o progresso técnico se faça presente em todos os compartimentos da vida moderna e a instrução, e apenas ela, recuse este progresso técnico? Como aceitar que se continue a educar as crianças como se fazia há três séculos, quando desde então houve remanejamentos técnicos e mentais, portanto, de primeira grandeza?

Pois bem, o progresso técnico era possível em pedagogia. Por exemplo: a alfabetização. Abandonar a aprendizagem da leitura letra por letra ou sílaba por sílaba mas escolher o método global, que ensina de uma vez a palavra toda, a frase. Mais um exemplo: a matemática moderna que era de uma eficácia perfeita e que faz economia do cálculo, etc. A mesma coisa quanto à aprendizagem “de cor”: por que encher as jovens cabeças de datas e fórmulas quando os dicionários e enciclopédias estavam ao alcance de todos? Ou o cálculo, quando existem as calculadoras? Não era um absurdo encher os alunos com dramaturgos do século XVII — como Racine — que falam em versos, numa linguagem que não existe mais e com sentimentos que não fazem mais sentido? Não era preferível colocar no programa autores vivos, Boris Vian, Jacques Prevert, que falam a linguagem atual? Quanto à História, fazia sentido entulhar a memória com datas, listas de reis defuntos? Não seria melhor ensinar a história das mentalidades, a vida cotidiana do século XVIII, etc.? Para coroar tudo, em vez de ditar aulas, de fazer com que aprendessem resumos, preferir-se levar as crianças a espetáculos, a museus, ao campo, transformar a instrução numa imensa lição de coisas (“atividades

de estímulo”, de que os alunos gostavam pois não era cansativo, e depois, agora que as escolas eram mistas, as meninas e menininhos não tinham lá muita coisa a se dizer quando eram arrastados a uma exposição de Picasso da qual eles não entendiam nada).

O resultado não se fez esperar: não se aprendia lá grande coisa. Claro, os estudantes, em vez de serem aqueles homenzinhos retraídos, tristes, mal-humorados de antigamente, eram crianças desenvolvidas. Porém, em compensação,

era preciso sacrificar um pouco o passado e modernizar a educação: tinha-se entrado num tempo de permanente mudança. A aquisição do saber era, portanto, inútil. O que importava era ter crianças felizes, despertas, imaginativas, que não saberiam nada ao se formarem, mas cujas cabeças estariam muito bem feitas para poderem em seguida se reciclar, se formar em suas empresas, na medida das mudanças tecnológicas. Porém, lamentavam-se os velhos, as crianças não sabem nem mais ortografia. Não lêem



não sabiam quase mais nada. Eles não só ignoravam a ortografia, como apenas sabiam ler. Quanto ao cálculo, uma catástrofe.

Todavia, esses reveses não impressionavam nem os pedagogos nem os diferentes ministros que corriam sempre, de vento em popa, rumo à modernidade. As reclamações dos pais de alunos, doídos diante das progenituras ignorantes, eles respondiam dizendo que é preciso viver o seu tempo e que, se a indústria francesa quisesse entrar na era moderna,

nada. Não conhecem mais que o rock roll, etc. e etc. Os pedagogos sorriam com compaixão. E retrucavam que, afinal, a caligrafia, a ortografia, a leitura, tudo isto sem dúvida pertencia a uma era agonizante da História e que o futuro reservava uma parcela reduzida à leitura. “Uma outra cultura está em construção. Afinal, antes de Gutemberg, não se lia muito. Hoje, estamos no pós-Gutemberg. A cultura será cinematográfica, a leitura será a das histórias em quadrinhos.” E acrescentavam: “Aliás,

peguem uma história em quadrinhos. Vocês, adultos, não entendem o que ela conta, enquanto as crianças percebem imediatamente todas as suas manhas, suas sutilezas. Existe aí uma nova linguagem, tão codificada quanto aquela de Racine. A mesma coisa ocorre quanto ao cinema: diante de um filme noir americano de intriga complexa, os adultos ficam perdidos. Ao contrário, uma criança decifra cada gesto sem a menor dificuldade, etc., etc. E não falemos da técnica: um motor de motocicleta, uma máquina fotográfica são desmontados de olhos fechados por uma criança, enquanto vocês, com Cícero e Virgílio, ficam pasmos, como imbecis. A mesma coisa quanto a toda cultura eletrônica. Ora, amanhã, todo mundo usará computadores. E, para manejar um computador, Racine e Corneille não representam nenhuma ajuda”.

Inútil dizer que, nesta lenta, porém constante, deriva do ensino, o Latim morreu rapidamente no campo de honra, sob os golpes do presidente Pompidou, que achava aqueles velhos textos realmente inúteis. Sobreveio então a tempestade de maio de 1968. O clamor dos estudantes caía portanto em terreno preparado. E se opuseram nos meses que se seguiram às poucas coisas que tinham sobrado do ensino tradicional: a disciplina, a relação hierárquica professor-aluno e finalmente o controle e os exames. Houve alguns anos negros para os professores. Eles se insinuavam timidamente em suas salas de aula, para enfrentar alunos relaxados, atrozmente relaxados, entregues às suas próprias ocupações, muito educados, por sinal, aqueles alunos, pelo menos se não lhes era feita a menor reprovação, porque, neste caso, era o tumulto, a indignação. Mas o pior foi o quase desaparecimento das sanções no final dos diferentes cursos. Para que exames? Deslizava-se de classe em classe, como enguias, chegava-se à formatura como num sonho e, nas faculdades, era ainda pior. Quase se tinha abolido a noção de exame. Alguns professores aprovavam sistematicamente todo mundo. Fora dali, falava-se do controle contínuo dos conhecimentos. As velhas imagens aterrorizantes do examinador eram colocadas na prateleira dos fantasmas defuntos. Na grande ilusão lírica de 1968, alguns professores iam ainda mais longe. Segundo eles, a função do mestre, e da escola, devia ser lançada por terra: ao invés de aprender, de comunicar saber ou métodos, a escola devia ter por tarefa, num mundo esclerosado e injusto, exercitar o espírito crítico do aluno. O professor não devia deixar passar uma oportunidade sequer de denunciar as injustiças, as imoralidades do mundo dos adultos. As aulas tornavam-se uma permanente batalha contra a ordem estabelecida.

A esquerda chegou ao poder e, ao Ministério da Educação, um homem cheio de idéias, Jean-Pierre Chevenement. E eis a surpresa, a explosão, o dia em que Chevenement deu a conhecer suas intenções, primeiramente, e depois suas reformas. Estas instruções vão exatamente de encontro a tudo o que se tentou a partir do final da guerra, mais ainda de encontro ao espírito libertário, jubiloso, poético e ingênuo de maio de 68. Não pode ser verdade! Dizem que o tempo pôs-se a correr ao contrário nas escolas e que no ano de 1985 os socialistas estão ressuscitando limbos onde ela, a escola republicana de 1885, repousava, um século antes. A própria língua —